ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE MARÇO DE 2025

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram o Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Moraes Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murços e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, a fim de se realizar a sexta Reunião Ordinária desta Câmara Municipal.

Esteve presente a Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro, que secretariou, e a Chefe da Divisão de Administração Geral, Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro.

Ainda esteve presente o Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, Ilídio Arribada Cadime.

Eram nove horas, quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara:

«149.º aniversário do Comando Distrital da PSP de Bragança

O Comando Distrital de Bragança da Polícia de Segurança Pública (PSP) celebrou, no dia 11 de março, em sessão solene, o seu 149.º aniversário.

Na sessão solene, foram impostas várias condecorações e neste âmbito, a PSP promoveu, ainda, uma exposição sobre a história da PSP, no Centro de Memória do Forte São João de Deus.

Bragança Gaming Takeover

De 14 a 16 de março, Bragança foi a capital da cultura gaming. O Secretário de Estado do Desporto, Pedro Dias, esteve presente na abertura oficial, juntamente com o executivo municipal.

Com organização do Município, a tenda da Praça Camões recebeu 1.ª edição do “Bragança Gaming Takeover”, uma iniciativa com três dias de gaming, competição e partilha, vividos com enorme energia, tanto no recinto como através dos mais diversos canais de streaming.

As equipas disputaram a Caretos Cup, em todas as fases. A final foi disputada pelas equipas Leça FC Sports vs Iberian Soul, na qual a equipa espanhola saiu vencedora.

Curso 'Caminhos de Santiago: o Caminho Português da Via da Prata por Zamora, Trás-os-Montes e Orense'

Depois de Alcanices, no dia 6 de março, o Município de Bragança acolheu, no dia 14 de março, na Sala de Formação do Município, a segunda aula do Curso "Caminhos de Santiago: o Caminho Português da Via da Prata por Zamora, Trás-os-Montes e Orense", cujo tema foi "Memória e imaginário local nos processos de patrimonialização jacobea no caminho zamorano-português".

Este curso foi apresentado por Luís Vale, antropólogo, investigador do Centro de Investigação em Antropologia e Saúde e professor do Ensino Superior, e teve como objetivo interpretar, avaliar e analisar o valor patrimonial e a recuperação de antigas rotas em áreas do interior da nossa Península Ibérica. O objetivo é apresentar e debater os impactos sociais, culturais, económicos e ambientais nas comunidades que atravessa, bem como destacar as características únicas das suas paisagens, tudo isso dentro de um marco de cooperação ibérica transnacional e transfronteiriça.

Houve, ainda, espaço para os testemunhos de Belmiro Vilela, Ondina Reverendo Martins (ambos a pé) e José Alves (em bicicleta), peregrinos que partilharam as suas experiências no Caminho.

Projeto Alerta Sono - Dia Mundial do Sono

No dia 14 de março, Dia Mundial do Sono, decorreu, na Biblioteca Municipal de Bragança, a Inauguração da Exposição 'Alerta Sono'.

O Projeto Alerta Sono resulta de uma parceria entre a Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE), a Escola Superior de Saúde, do Instituto Politécnico de Bragança (ESSa-IPB) e o LiveWell- Centro de Investigação para a Vida Ativa e Bem-Estar do IPB e contou com o apoio do Município de Bragança.

Esta é uma das iniciativas que integra a Campanha Anual de Sensibilização do Projeto 'Alerta Sono' e que, este ano, contou com mais duas atividades: dia 20 de março, Conversa com pais - "Sono como estilo de vida",

que tem como objetivo primordial promover o sono como estilo de vida, isto é, colocá-lo em pé de igualdade com outros estilos de vida, e o Sábado de Encantar, dia 22 de março, ambas na Biblioteca Municipal de Bragança.

Bragança debate papel da proteção civil e setor social na intervenção em emergência

A 18 de março, teve lugar, no Auditório Paulo Quintela, o IV Fórum do Grupo de Emergências e Catástrofes. Organizado pela Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda, com o apoio do Município de Bragança, o evento decorreu sob o tema “Contributo dos sistemas de proteção civil e do setor social na intervenção em emergência” e contou com a participação de representantes de diversas entidades, como o Serviço Municipal de Proteção Civil de Bragança, os Bombeiros Voluntários de Bragança e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, entre outras.

Recorde-se que o Grupo de Emergências e Catástrofes integra, agora, a Comissão Municipal de Proteção Civil, sob proposta do Serviço Municipal de Proteção Civil.

“Academia Diário da República” em Bragança, para maior literacia jurídica

O Município de Bragança recebeu a “Academia Diário da República”, uma iniciativa promovida pelo Centro Nacional de Inovação Jurídica (CNIJ), em parceria com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A ação decorreu sob a forma de uma série de “aulas abertas” que permitiram, a cerca de 100 alunos de diferentes escolas do concelho e mais de 40 funcionários do Município, conhecer de perto e atualizar conhecimentos sobre o funcionamento do Diário da República (DR), o jornal oficial da República Portuguesa.

V Jornadas Internacionais de Tunas

De 21 a 23 de março, aconteceram as V Jornadas Internacionais de Tunas (JiT25), este ano subordinadas ao tema “O futuro das Tunas num mundo em constante transformação”.

Esta é uma iniciativa da “Rausstuna - Tuna Mista de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança”, com o apoio do Município de Bragança.»

Esclarecimentos solicitados pelos Srs. Vereadores, João Pinheiro e João Murçós, relativamente aos seguintes assuntos:

I. O Sr. Vereador João Pinheiro solicitou esclarecimentos sobre o Orçamento Participativo do Município de Bragança, questionando qual a relação com o Presidente da Junta de Freguesia de Pinela, bem como com as Juntas de Freguesia de Gostei e de São Pedro de Sarracenos. Referiu ainda que, apesar de o processo se encontrar em segredo de justiça, pretendia saber o que ocorreu com as votações.

II. O Sr. Vereador João Murçós apresentou o pedido de esclarecimentos com base no documento entregue no final da reunião, o qual a seguir se transcreve:

“Cedência de espaço municipal para sessão de trabalho do Partido Socialista – Pedido de esclarecimento.

O Partido Socialista a 26 de fevereiro de 2025, solicitou a cedência da sala de atos do Teatro Municipal para a realização de uma sessão de trabalho e esclarecimento dirigida à comunidade do concelho de Bragança, agendada para o dia 29 de março. Nesse mesmo pedido, foi igualmente solicitada a isenção da respetiva taxa de utilização. A Câmara Municipal apenas respondeu a 12 de março, informando que o espaço solicitado era de uso exclusivo da autarquia e que a isenção da taxa não podia ser atendida com base na Lei Eleitoral e na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos. Em alternativa, foi proposto o Auditório da Casa do Lavrador. No dia seguinte, 13 de março, o PS respondeu refutando, com fundamento nas mesmas leis referidas e no Regulamento Municipal, a impossibilidade de isenção da taxa, considerando ainda que o auditório sugerido não serve o formato pretendido para a sessão de trabalho. Após insistência telefónica, apenas no dia 20 de março a Câmara informou não dispor de nenhum espaço disponível que correspondesse ao solicitado, sugerindo, no entanto, a sala de espelhos do Auditório Paulo Quintela, disponível apenas a partir das 21h do dia 29.

Nesse sentido, e com base nesta cronologia, solicitam-se os seguintes esclarecimentos:

1. Por que razão não pode ser cedida a sala de atos do Teatro Municipal para a referida sessão, considerando tratar-se de um espaço público e o evento em causa revestir interesse para a comunidade?

2. Por que motivo demorou a Câmara Municipal cerca de 14 dias a responder ao pedido inicial, e mais 7 dias a responder à comunicação enviada pelo PS, mesmo após insistência por contacto telefónico?

3. Que evento ou atividade está agendado para a sala de espelhos do Auditório Paulo Quintela durante o dia 29 de março, que impossibilita a sua cedência durante a manhã e apenas permite o seu uso a partir das 21h?

4. Mais se solicita que seja esclarecida e fundamentada a não concessão da isenção de taxa requerida, atendendo ao quadro legal aplicável e ao Regulamento Municipal em vigor.”

Resposta do Sr. Presidente às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores:

I. Relativamente ao Orçamento Participativo do Município de Bragança, pelo Sr. Presidente foi referido que não haveria muito mais a acrescentar, além do que já tinha sido veiculado pelos meios de comunicação social e amplamente conhecido de todos. Indicou que, em 2020/21, a Polícia Judiciária já havia realizado uma investigação e que, há cerca de 15 dias, esteve novamente nas instalações municipais para recolher mais elementos. Para o momento, não haveria mais nada a adiantar.

II. O Sr. Presidente afirmou que a resposta dada pelo Município foi clara. Esclareceu ainda que a cedência gratuita de espaços públicos a partidos políticos, fora do período da campanha eleitoral, viola o disposto na Lei do Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. Referiu, também, que a Sala de Atos do Teatro Municipal é um espaço de uso exclusivo para eventos do Município. Acrescentou que, embora o tempo de resposta não fosse o ideal, foi o possível, tendo em conta a quantidade de trabalho diário na autarquia. Como alternativa, foi proposta a utilização do Auditório Paulo Quintela, onde habitualmente se realizam as iniciativas dos partidos políticos. No entanto, como o espaço já se encontrava cedido a outra entidade para o dia 29 de março

de 2025, poderia ser disponibilizado a partir das 21 horas desse dia, mediante o pagamento das taxas devidas ou, em alternativa, noutra data em que estivesse livre.

PONTO 2 - ORDEM DO DIA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

PONTO 3 - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE MARÇO DE 2025

Presente a Ata da Reunião Ordinária em epígrafe, da qual foram, previamente, distribuídos exemplares a todos os Membros do Executivo Municipal.

Foi deliberado aprovar a referida ata com cinco votos favoráveis da Sra. Vice-Presidente, Fernanda Silva; dos Srs. Vereadores João Pinheiro, Miguel Abrunhosa e João Murçós; e da Sra. Vereadora Olga Pais. Por não terem estado presentes na Reunião, ao abrigo do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o Sr. Presidente, Paulo Xavier, e a Sra. Vereadora Cristiana Batouxas não participaram na apreciação e votação da mesma.

PONTO 4 - PRESENTE A SEGUINTE LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025;

Lei n.º 24/2025, de 12 de março, alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio;

Aviso n.º 6816/2025/2, de 13 de março, fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a janeiro de 2025, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços;

Decreto-Lei n.º 16/2025, de 18 de março, altera o Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 de agosto, e a Lei n.º 3/2015, de 9 de janeiro, eliminando a obrigatoriedade de realizar a operação de execução simples previamente aos atos jurídicos que incidam sobre prédios não cadastrados que tenham ficado em

situação de cadastro diferido ao abrigo do regime de cadastro predial experimental; e

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2025, 19 de março, autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos com estabelecimentos particulares, cooperativos e sociais, no âmbito da educação pré-escolar, para os anos letivos de 2025/2026, de 2026/2027 e de 2027/2028.

Tomado conhecimento.

PONTO 5 - ELEIÇÃO PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – 18 DE MAIO DE 2025 – DEFINIÇÃO DOS LOCAIS PARA AFIXAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Geral:

“Considerando que, no próximo dia 18 de maio, se vai realizar a Eleição para a Assembleia da República e que as Câmaras Municipais devem colocar à disposição das forças concorrentes espaços especialmente destinados à afixação da sua propaganda, propõe-se para deliberação da Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do artigo 7.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua redação atual, os seguintes locais para afixação de propaganda em campanha eleitoral:

- Extremos da Av. Cidade de Zamora;
- Cruzamento da Subestação da EDP;
- Rotunda das Cantarias;
- Estação Rodoviária;
- Entrada de Vale d' Álvaro;
- Saída para Vinhais; e
- Parque Eixo Atlântico.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

PONTO 6 - RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO PARA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Geral:

“Considerando que:

1. Em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, realizada em 2 de dezembro de 2024, e na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 13 de dezembro de 2024, foram aprovados o Mapa de Pessoal e o Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados para o ano de 2025;

2. Em Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 13 de janeiro de 2025, e na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 24 de janeiro de 2025, foram aprovados a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados para o ano de 2025;

3. Na Divisão de Logística e Mobilidade, registou-se a saída de 1 (um) assistente operacional, por aposentação, conforme mapa em anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo, pretendendo-se a sua substituição, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público;

4. Na Divisão de Educação, registou-se a saída de 3 (três) assistentes operacionais, dois lugares por aposentação e um lugar cativo no mapa de pessoal de 2025, conforme mapa em anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo, pretendendo-se a sua substituição, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público;

5. Para cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi acautelada a dotação suficiente no Orçamento Municipal para o ano de 2025 para a ocupação dos postos de trabalho a seguir identificados, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com despesa cativa associada aos cabimentos n.ºs 920/2025 e 967/2025;

6. Consagram os n.ºs 5 e 6 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 27.º *in fine*, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, sempre que o procedimento concursal vise a ocupação futura de postos de trabalho ou a lista de ordenação

final contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar, é constituída uma reserva de recrutamento interna. A reserva de recrutamento é válida pelo período de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final. Havendo necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho, a reserva de recrutamento é utilizada.

Proposta:

Face aos considerandos acima enunciados e atendendo às necessidades prementes dos serviços, propõe-se submeter, para deliberação da Câmara Municipal de Bragança, a contratação:

- De 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, área de atividade - motorista de transportes coletivos, necessário para a execução das atividades permanentes da Divisão de Logística e Mobilidade, Departamento de Serviços e Obras Municipais, na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com o recurso à reserva de recrutamento interna constituída no âmbito do procedimento concursal, aberto pelo aberto por aviso (extrato) n.º 19492/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 169, de 2 de setembro de 2024, e na Bolsa de Emprego Público com o Código da Oferta n.º OE202409/0037, do dia 3 de setembro de 2024, que contém um número de candidatos aprovados (7) superior ao do posto de trabalho a ocupar (1).

- De 3 (três) postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, área de atividade - auxiliar da ação educativa, necessários para a execução das atividades permanentes da Divisão de Educação, Departamento de Intervenção Social, na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com o recurso à reserva de recrutamento interna constituída no âmbito do procedimento concursal, aberto por aviso (extrato) n.º 15539/2023, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 16, de 18 de agosto de 2023, e na Bolsa de Emprego Público com o Código da Oferta n.º OE202308/0453, do dia 21 de agosto de 2023, que contém um número de candidatos aprovados (5) superior ao dos postos de trabalho a ocupar (3).

Informa-se, ainda, que os referidos recrutamentos se efetuam pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da LTFP.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nos termos da informação.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PONTO 7 - SÍNTESE DOS PAGAMENTOS EFETUADOS DURANTE O MÊS DE FEVEREIRO DE 2025

Pela Divisão de Administração Financeira foi presente, para conhecimento, a síntese dos pagamentos efetuados, de operações orçamentais, durante o mês de fevereiro - no montante total de 2.760.434,22 € - e assim discriminados:

- Apoios financeiros às freguesias 236.447,71 €;
- Apoios financeiros a instituições sem fins lucrativos 95.865,59 €;
- Fornecedores de imobilizado – empreiteiros 159.134,10 €;
- Fornecedores de imobilizado – outros 111.709,16 €;
- Fornecedores de bens e serviços c/c 1.057.822,74 €;
- Outros – diversos 1.099.454,92 €.

Tomado conhecimento.

PONTO 8 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Pela Divisão de Administração Financeira foi presente, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria, reportado ao dia 21 de março de 2025, o qual apresentava os seguintes saldos:

Em Operações Orçamentais: 29.529.427,98 €; e

Em Operações Não Orçamentais: 2.388.012,61 €.

Tomado conhecimento.

ASSESSORIA JURÍDICA E CONTENCIOSO

PONTO 9 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PPR) 2023-2025 DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA REFERENTE AO ANO DE 2024

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Assessoria Jurídica e Contencioso:

“O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) 2023-2025, aprovado em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Bragança, no dia 27 de dezembro de 2023, resultou da nova legislação para combate à corrupção, nomeadamente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril, que aprova a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI).

Nos termos do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) 2023-2025 está sujeita a controlo, mediante a elaboração, no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, de um relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

Da análise e avaliação da implementação do PPR ao nível das medidas preventivas e/ou corretivas, verificou-se que 263 medidas preventivas e/ou corretivas foram devidamente implementadas, correspondendo a 87% das medidas, 34 medidas encontram-se em fase de implementação, refletindo 11%, e 6 medidas estão por implementar, representando 2%.

Comparativamente ao Relatório de Avaliação Anual de Execução do PPR referente ao ano de 2023, regista-se uma evolução positiva na implementação das medidas preventivas e/ou corretivas, com um aumento de 4% das medidas implementadas (de 83% para 87%), com uma redução de 2% nas medidas que se encontram em fase de implementação (de 13% para 11%) e uma diminuição de 2% nas medidas que se encontram por implementar (de 4% para 2%).

Face aos dados acima elencados, ficou patente a preocupação das diversas Unidades Orgânicas na implementação das medidas de mitigação

associadas aos riscos previamente identificados no PPR, promovendo a diminuição do impacto dos riscos e que os mesmos sejam remetidos para níveis aceitáveis.

Neste contexto, a promoção de uma cultura de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, assente na sistematização de procedimentos e no incremento da transparência e rigor é um compromisso assumido pelo Município de Bragança. Consequentemente a aplicação do PPR é uma mais-valia na gestão do risco organizacional, assumindo um papel decisivo, uma vez que, entendida como responsabilidade de todos enquanto intervenientes e interessados no processo da gestão de riscos, resultará em maior eficiência, eficácia e economia para a atividade municipal.

Considerando o exposto, propõe-se submeter para deliberação da Câmara Municipal:

1. A aprovação do Relatório de Avaliação Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) 2023-2025 do Município de Bragança, referente ao ano de 2024, em anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro;

2. Ao abrigo do artigo 12.º e do n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, de forma a garantir o direito à informação e à transparência, promover a publicidade do presente Relatório na intranet e no *site* institucional do Município de Bragança; e

3. Em cumprimento com o estabelecido no n.º 7 do artigo 6.º do RGPC, comunicar o Relatório de Avaliação Anual de Execução do PPR ao Ministério da Coesão Territorial, à Inspeção Geral das Finanças (IGF) e ao Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC).”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Relatório de Avaliação Anual de Execução do Plano de Prevenção e Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) referente ao ano de 2024, promover a sua publicidade

na intranet e no *site* institucional do Município de Bragança e, ainda, o seu envio para as entidades competentes, nos termos da informação.

PONTO 10 – RELATÓRIO ANUAL DAS DENÚNCIAS EXTERNAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA RELATIVO AO ANO 2024

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação, elaborada pela Assessoria Jurídica e Contencioso:

“A Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI), transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União, no que concerne ao Canal de Denúncias, institui no seu artigo 17.º a necessidade do Município, enquanto entidade competente, apresentar à Assembleia da República, até ao final do mês de março, um Relatório Anual referente ao ano anterior, cujo conteúdo deverá expor:

- O número de denúncias externas recebidas;
- O número de processos iniciados com base naquelas denúncias e o seu resultado;
- A natureza e o tipo das infrações denunciadas; e
- Outras informações consideradas pertinentes para melhorar os mecanismos de apresentação e seguimento de denúncias, de proteção de denunciante, de pessoas relacionadas e de pessoas visadas, e a ação sancionatória.

Atenta a análise precedente, propõe-se submeter, para conhecimento da Câmara Municipal, o Relatório Anual das Denúncias Externas do Município de Bragança relativo ao ano 2024, previamente distribuído a todos os Membros do Executivo, a remeter posteriormente à Assembleia da República, conforme artigo 17.º do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI).”

Após análise e discussão, foi tomado conhecimento do Relatório Anual das Denúncias Externas do Município de Bragança relativo ao ano 2024 e deliberado, por unanimidade, remetê-lo à Assembleia da República, nos termos da informação apresentada.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

PONTO 11 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A CÁRITAS DIOCESANA BRAGANÇA-MIRANDA - Minuta de Protocolo

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança foi presente a seguinte proposta, elaborada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil em colaboração com a Assessoria Jurídica e Contencioso:

“Considerando que:

1 - O Município de Bragança dispõe de atribuições no domínio da ação social e da proteção civil (*cf.* alíneas h) e j) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

2 - Os municípios podem celebrar protocolos de colaboração com instituições públicas, particulares ou cooperativas que desenvolvam a sua atividade na área do município, em termos que protejam cabalmente os direitos e deveres de cada uma das partes;

3 - A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram (*cf.* n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho);

4 - A atividade de proteção civil tem caráter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores (*cf.* n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho);

5 - A Comissão Municipal de Proteção Civil é o órgão de apoio municipal à Autoridade Municipal de Proteção Civil. Compete ao Presidente da Câmara desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e recuperação

adequadas em cada caso (*cf.* artigos 35.º e 41.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho);

6 - Sem prejuízo de outras que lhe sejam legalmente conferidas, a Comissão Municipal de Proteção Civil exerce as competências constantes do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, e as consagradas no n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho;

7 - No âmbito da última reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), em 31 de outubro de 2024, foi aprovada, por unanimidade, a integração, naquela, da Cáritas Diocesanas Bragança-Miranda;

8 - A intervenção em situações de emergência é uma finalidade fundamental da Cáritas, nos seus vários âmbitos de atuação. A Cáritas Portuguesa integra o Sistema Nacional da Proteção Civil, assumindo as missões que lhes estão atribuídas no respetivo Plano Nacional de Emergência enquanto “organismo e entidade de apoio de cariz social”, e as que decorrem da obrigação de todas as instituições de socorrer e assistir pessoas em perigo;

9 - As entidades intervenientes no Plano Nacional de Emergência e Proteção Civil desempenham missões de intervenção, reforço, apoio e assistência, quer durante a Fase de Emergência, quer durante a Fase de Reabilitação. As estruturas de intervenção destas entidades funcionam e são empregues sob direção das correspondentes hierarquias, previstas nas respetivas leis orgânicas ou estatutos, sem prejuízo na necessária articulação operacional com o referido Plano Nacional;

10 - A Cáritas Portuguesa é uma organização de carácter social, com as seguintes responsabilidades atribuídas no Plano Nacional de Emergência e Proteção:

a) Fase de Emergência:

- Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados;
- Apoiar, com a colaboração do voluntariado, através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens considerados essenciais;
- Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas;

- Disponibilizar locais de alojamento para deslocados, assim como garantir refeições quentes;

b) Fase de Reabilitação:

- Atuar nos domínios do apoio logístico e social, dando ênfase ao apoio psicossocial, às ações de acompanhamento e ao encaminhamento para os respetivos apoios estatais;

- Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes;

- Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica;

- Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais.

11 - A organização e a atuação por norma descentralizadas exigem a articulação entre múltiplas entidades, em particular com as diversas Cáritas Diocesanas e as entidades responsáveis pela Proteção Civil, tendo em atenção as diversas realidades estatutárias e institucionais e o prescrito na legislação atinente, em especial os Planos Nacional, Distritais e Municipais de Emergência e Proteção Civil;

12 - A Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda é uma Organização de Caráter Social, com abrangência diocesana [9 (nove) concelhos da sub-região de Terras de Trás-os-Montes (Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais) e 3 (três) concelhos da sub-região do Douro (Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo)], com as seguintes responsabilidades atribuídas no Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Bragança:

- Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados;

- Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais;

- Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas;

- Disponibilizar locais de alojamento para deslocados;
- Atuar nos domínios do apoio logístico e social, dando ênfase ao apoio psicossocial, às ações de acompanhamento e ao encaminhamento para os respetivos apoios estatais;
- Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes;
- Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica;
- Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais.

13 - O Grupo de Emergência e Catástrofes (GEC) da Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda é um grupo constituído exclusivamente por voluntários (profissionais de diversas áreas e jovens estudantes), que tem como missão operacionalizar as responsabilidades atribuídas à Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda no âmbito dos Planos Nacional, Distritais e Municipais de Emergência e Proteção Civil;

14 - O GEC está organizado em 5 (cinco) áreas de intervenção: Equipa de Psicologia, Equipa de Assistência Social, Equipa de Evacuação e Resgate, Equipa de Logística e Equipa de Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP);

15 - Os Outorgantes pretendem colaborar na prossecução de objetivos comuns, através da partilha de experiências profissionais e conhecimentos técnico-científicos, em áreas de interesse partilhado.

Face aos considerandos acima enunciados, propõe-se, para deliberação da Câmara Municipal, a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda, conforme Minuta em anexo ao processo e previamente distribuída a todos os Membros do Executivo.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta e celebração do Protocolo de Colaboração, nos termos da informação.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

DIVISÃO DE URBANISMO

PONTO 12 – PROCESSO N.º 38/24 - [REDACTED] –

Desafetação de Parcela de Terreno

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O munícipe [REDACTED] vem solicitar a aquisição ao Município de uma parcela de terreno confinante a sudoeste com a sua propriedade [REDACTED]), para cultivo de uma pequena horta.

Analisado o processo, cumpre-nos emitir o seguinte parecer:

1. O prédio do requerente encontra-se inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de [REDACTED] sob o artigo n.º [REDACTED] e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º [REDACTED], e possui, de acordo com as descrições dos documentos de legitimidade, uma área de 297 m²;

2. A área pretendida corresponde a uma parcela de terreno de domínio público municipal, destinada a espaço verde de enquadramento, com 117 m², confinante com o prédio do requerente a sul;

3. Considerando que se trata de uma parcela de reduzidas dimensões, não se vê inconveniente na sua alienação, com a condição de nela não ser permitida construção, com exceção de muro de vedação, ficando destinada apenas a logradouro;

4. Após notificação, através do ofício n.º 1683, de 15 de maio de 2024, o requerente aceita a aquisição da parcela na condição de ela se destinar, exclusivamente, a espaço verde, como complemento do logradouro do edifício do requerente e pelo valor resultante da aplicação da taxa prevista no n.º 2 do artigo 51.º da Tabela de Taxas – Compensação pela não cedência de parcelas para equipamentos e espaços verdes (atualmente, no valor de 41,48 € por m²).

Assim, propõe-se à Câmara Municipal que delibere favoravelmente a desafetação da parcela de terreno, com a área de 117 m², do domínio público para o domínio privado do Município, na condição da parcela a alienar se

destinar unicamente para complemento de logradouro do lote, sem capacidade construtiva, salvo o respetivo muro de vedação.

Mais se propõe submeter, para deliberação da Assembleia Municipal, a referida desafetação da parcela de terreno, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e para efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafetação da parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, nos termos da informação.

Mais foi deliberado, por unanimidade, subter para deliberação da Assembleia Municipal.

PONTO 13 – PROCESSO N.º 2/24 - Rainha & Cerdedo, Lda.

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O processo refere-se a um pedido de licenciamento para execução de um loteamento com obras de urbanização numa parcela de terreno com a área de 3.7567 m², inscrita na matriz rústica da Freguesia de Baçal sob o n.º 1378 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Bragança apresentada sob o n.º 81/19870325.

A parcela localiza-se em “Espaços para indústria – programação de solos urbanos”, uma parte em “RN2000 SIC Montesinho Nogueira”, em “Proteção exterior – Aeródromo” e em “RRN e RRR – Zona de respeito - Faixa de Proteção da Rede Rodoviária Nacional e Regional”, de acordo com a planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM).

Após aprovação do Acordo de Mutuação Dominial da EN 318-3, passou a referida estrada a integrar o domínio municipal, conforme certidão em anexo ao processo, dispensando-se, deste modo, a solicitação de parecer às Infraestruturas de Portugal, em função da localização. Previamente, havia sido solicitado parecer ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), tendo a referida entidade proferido não haver lugar à emissão de parecer em função da localização.

A proposta apresentada compreende a constituição de um lote, designado por Lote 1, com uma área de 9.670,98 m², destinado à edificação de armazém industrial, constituído por rés do chão e piso 1, com cércea aproximada de 6,90 metros, com uma área de implantação de 572,00 m² (26 metros x 22 metros), e área bruta de construção de 1.144,00 m², sito no Lugar da Canaboa, Estrada Nacional 218-3, Freguesia de Baçal. Da operação de loteamento resulta uma área total remanescente de 20.703,88 m², que permanecerá no “prédio mãe”.

Conforme memória descritiva apresentada, o lote proposto tem acesso direto a uma via pública a executar, paralela à existente, estando prevista a execução de todas as infraestruturas necessárias, nomeadamente arruamentos, passeios e lugares de estacionamento automóvel.

Nos termos do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, os projetos de loteamento devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, bem como as respetivas infraestruturas viárias e equipamentos, cumprindo os parâmetros de dimensionamento em vigor.

Para efeitos do cumprimento do artigo 44.º do RJUE e da Portaria n.º 75/2024, de 29 de fevereiro, incumbe ao requerente ceder a área de 263,12 m² para espaços verdes e de utilização coletiva e 114,4 m² para equipamento de utilização coletiva/habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível, perfazendo o total de 377,52 m². De acordo com as peças desenhadas apresentadas e quadro sinóptico que as acompanha, cede uma mancha que totaliza 4.647,71 m², localizada entre o Lote 1 e a desclassificada EN 318-3. Nos termos do artigo 57.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, a referida mancha deverá ser integrada paisagisticamente. Não obstante, deverá ser criada uma zona de proteção envolvente à área industrial, com 20 metros de largura, ocupada no mínimo em 60% da sua extensão por cortina arbórea e arbustiva.

De acordo com os parâmetros de dimensionamento definidos pela referida Portaria para o número de lugares de estacionamento, são necessários 16 lugares destinados a automóveis ligeiros e 3 lugares destinados a pesados.

Nos termos da referida Portaria, “o número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20% para estacionamento público”. A proposta prevê a criação de 8 lugares destinados a automóveis ligeiros no interior do lote e de 20 lugares destinados a veículos pesados, podendo estes ser utilizados também por veículos ligeiros.

São ainda propostos locais de estacionamento no interior da parcela, mas fora do lote intervencionado, 2 lugares para pesados e 11 lugares para ligeiros.

Assim, propõe-se a constituição de um lote de terreno para construção de armazém industrial, conforme proposto no regulamento do alvará de loteamento em anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo.

A localização e identificação do lote vai indicada na planta síntese de loteamento que se anexa ao processo e que faz parte integrante deste alvará de loteamento urbano.

O projeto de loteamento urbano está em conformidade com o disposto para esta zona no Regulamento do Plano Diretor Municipal de Bragança e demais legislação em vigor aplicável, pelo que se propõe a sua aprovação por parte da Câmara Municipal.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos da informação.

PONTO 14 – PROCESSO N.º 201/24 - [REDACTED]

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:

“O projeto refere-se à construção de um edifício destinado a armazém agrícola, no [REDACTED], Freguesia de [REDACTED].

A parcela de terreno, com a área total de 11.300,00 m², está inscrita na matriz rústica n.º [REDACTED] e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º [REDACTED], da referida Freguesia.

De acordo com a planta de localização apresentada, o prédio situa-se, uma parte dentro e outra parte fora do perímetro urbano da aldeia,

respetivamente em “Espaços Urbanizados Tipo IV” e em “Espaços Agro-Silvo-Pastoris Tipo II”.

A requerente pretende construir um armazém para apoio à agricultura, implantado dentro e uma pequena parte fora do perímetro, constituído por um piso, com uma área de implantação/construção de 411,95 m².

O projeto inicial foi indeferido, por despacho de 2 de janeiro de 2025, em virtude de a cobertura proposta não dar cumprimento ao n.º 6 do artigo B-1/25.º do Código Regulamentar do Município.

A requerente reformulou o projeto verificando-se, agora, o cumprimento do referido artigo.

Relativamente ao edifício existente no prédio, declara na memória descritiva que será demolido na totalidade.

De acordo com a carta de ocupação dos solos, o edifício situa-se em solo classificado como “Agricultura” pelo que não se encontra em Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS), em território florestal ou menos de 50 metros de territórios florestais, não se aplicando as condicionantes da edificação previstas no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, diploma que estabelece o sistema de gestão integrada de fogos rurais.

O perímetro de implantação da edificação encontra-se fora das áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio alta ou muito alta, de acordo com a carta de perigosidade constante no Regulamento do Plano Diretor Municipal.

O projeto cumpre o Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo que se propõe, à Câmara Municipal, que delibere a sua aprovação.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos da informação.

PONTO 15 – DESPACHOS PARA CONHECIMENTO

Pela Divisão de Urbanismo foi presente, para conhecimento, a seguinte informação:

«Pelo Sr. Vereador da Câmara Municipal, Miguel Abrunhosa, foram proferidos, de 18 de fevereiro a 16 de março de 2025, no uso de competências delegadas, conforme deliberação em Reunião de Câmara de 8 de abril de 2024, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os seguintes despachos:

Processo n.º 59/25 – Belaudição, Unipessoal, Lda. apresentou requerimento para ocupação da via pública na Av. João da Cruz (cerca de 14 m²), no dia 8 de abril de 2025, com uma unidade móvel para a realização de rastreios auditivos, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 3/11 – Gesturbe-Investimentos Imobiliários, Lda. apresentou requerimento a solicitar deferimento tácito relativo à operação de loteamento urbano com obras de urbanização, sito na Rua Conde de Ariães, em Bragança, que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 11/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação do projeto de arquitetura, para construção de um edifício de um edifício destinado a destinado a habitação unifamiliar, sito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 8/25 – CHR-Construções Hélder Rodrigues, Lda. apresentou requerimento para aprovação do projeto de arquitetura, para construção de um edifício de um edifício destinado a destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na Estrada Municipal 537, na Freguesia de Pinela, Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 67/13 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação do aditamento ao projeto de arquitetura, para legalização de alterações efetuadas no decurso da obra, de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED], n.º [REDACTED],

em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 138/07 – Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Ponte apresentou requerimento para aprovação do aditamento ao projeto de arquitetura, para alteração de um edifício destinado a ERPI, sito na Rua do Prado Novo, n.º 1, na Freguesia de França, Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 145/21 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para alteração de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito na [REDACTED], na localidade e Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 23/25 – Emiclau II - Sociedade de Construções, Lda. apresentou requerimento para admissão da comunicação prévia, de construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na Quinta do Rei (Lote 12), em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 25/25 – Emiclau II – Sociedade De Construções, Lda. apresentou requerimento para submissão da comunicação prévia, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na Rua Quinta do Rei, (Lote 13), em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 38/25 – MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia S.A. apresentou requerimento a solicitar a execução de infraestruturas subterrâneas com passagem de cabo, no lugar de Mouzinhos, Réfega, Freguesia de Quintanilha, Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 143/24 – MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia S.A., apresentou requerimento a solicitar a execução de infraestruturas aéreas com passagem de cabo, no lugar de Montesinho, Freguesia de França, Concelho de Bragança, que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 56/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para solicitar a aprovação da certidão de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial rústico [REDACTED] da Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 59/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para solicitar a aprovação da certidão de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial rústico [REDACTED] da Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 58/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para solicitar a aprovação da certidão de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial rústico [REDACTED] da Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 57/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para solicitar a aprovação da certidão de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial rústico [REDACTED] da Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 60/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para solicitar a aprovação da certidão de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial rústico [REDACTED] da Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 15/91 – [REDACTED] apresentou requerimento para solicitar a aprovação da alteração da certidão de propriedade horizontal do edifício sito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 122/03 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação do aditamento ao projeto de arquitetura, para alteração, de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito no Lugar da [REDACTED], na Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 169/21 – [REDACTED] apresentou requerimento para libertação de caução prestada a favor do Município de Bragança, referente à construção de um edifício de habitação unifamiliar sito na [REDACTED], que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 169/24 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para reconstrução de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito na [REDACTED], na localidade de [REDACTED], Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 127/85 – [REDACTED] apresentou requerimento para admissão da comunicação prévia, relativa à alteração de utilização da fração “I” do edifício sito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 165/89 – [REDACTED] apresentou requerimento para admissão da comunicação prévia, relativa à alteração de utilização da fração “A” do edifício sito na [REDACTED], em

Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 15/91 – [REDACTED] apresentou requerimento para admissão da comunicação prévia, relativa à alteração de utilização da fração “O” do edifício sito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 8/25 – [REDACTED] apresentou requerimento a solicitar a instalação de uma esplanada fechada, ocupando precisamente o mesmo espaço público onde já se encontra uma esplanada aberta, localizada na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 150/22 – [REDACTED] apresentou requerimento para prorrogação do prazo de licença de construção do alvará 128/23, referente à construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito no lugar de [REDACTED], na localidade de [REDACTED], Freguesia de Baçal, Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 49/23 – [REDACTED] apresentou requerimento para prorrogação do prazo de licença de construção do alvará 35/24, referente à reconstrução de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito no largo da [REDACTED], na Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 98/81 – [REDACTED] apresentou requerimento relativo à alteração do regime de propriedade horizontal da fração “I” do edifício, sito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 43/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para solicitar a aprovação da certidão de destaque do prédio inscrito com o artigo matricial urbano [REDACTED] e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º [REDACTED] da Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 96/81 – [REDACTED] apresentou requerimento para comunicação, relativa à alteração de utilização das frações “B”; “L”; “E” e “F” do edifício sito na [REDACTED], Edifício [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 52/25 – UCB - União Ciclista de Bragança apresentou requerimento para realização da manifestação desportiva designada por “II Maratona BTT – Rota do Butelo e das Casulas” a realizar no dia 2 de março de 2025, das 09:30 horas às 13.30 horas, no Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 27/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação do projeto de arquitetura, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 136/24 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para reconstrução/ampliação/alteração de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito na [REDACTED], Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 73/1.16 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para alteração de

um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito na [REDACTED], lugar de [REDACTED], da União das Freguesias de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 30/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para submissão da comunicação prévia, para reconstrução de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito na [REDACTED], na localidade de [REDACTED], da Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 37/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para solicitar a aprovação da certidão de destaque do prédio inscrito com o artigo matricial rústico [REDACTED] e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º [REDACTED] da Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 204/24 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação do aditamento ao projeto de arquitetura, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 39/22 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação do aditamento ao projeto de arquitetura, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito no [REDACTED], na Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 29/25 – NOS – Comunicações, S.A. apresentou requerimento a solicitar autorização para aceder a infraestruturas existentes na Av. João da Cruz, em Bragança, para efeito de manutenção à Rede NOS, que

mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 30/25 – NOS – Comunicações, S.A. apresentou requerimento a solicitar autorização para aceder a infraestruturas existentes na Av. General Humberto Delgado, em Bragança, para efeito de manutenção à Rede NOS, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 86/78 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para reconstrução/alteração de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 26/25 – Paradinhacoop – Cooperativa Agropecuária apresentou requerimento para aprovação do projeto de arquitetura, para construção de um edifício destinado a armazém agrícola, a levar a efeito no Lugar de Angueiras, na localidade de Paradinha de Outeiro, da Freguesia de Outeiro, Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 32/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para submissão da comunicação prévia, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED] em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 36/25 – Visabeira, Lda. apresentou requerimento a solicitar a execução de infraestruturas subterrâneas e aéreas com passagem de cabo, na Rua dos Olivais, em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 33/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para submissão da comunicação prévia, para construção de um

armazém agrícola, a levar a efeito no lugar de [REDACTED], na Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 80/92 – [REDACTED] apresentou requerimento para legalização das alterações efetuadas, com possibilidade do edifício se destinar a comércio, serviços, armazém e habitação, sito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 29/25 – [REDACTED] apresentou projeto de arquitetura para reconstrução de um edifício, com possibilidade do edifício se destinar a “Empreendimento de Turismo no Espaço Rural na modalidade de Casa de Campo”, sito no [REDACTED], na Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 18/25 – [REDACTED] apresentou projeto de arquitetura para construção de um edifício, destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED]), em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 3/25 – [REDACTED] apresentou projeto de arquitetura para reconstrução de um edifício, destinado a habitação unifamiliar, sito na [REDACTED], na localidade de [REDACTED], da União das Freguesias de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 197/07 – Escavenordeste - Empresa Florestal do Nordeste, Lda. apresentou requerimento para libertação de caução prestada a favor do Município de Bragança, referente à construção de um edifício destinado a armazém comercial sito na Zona Industrial das Cantarias, Lote 197, que

mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 18/20 – Habinordeste, Sociedade de Construções Lda. apresentou requerimento para libertação de caução prestada a favor do Município de Bragança, referente à construção de um ramal domiciliário, que foi executado na Rua Conde de Airães, n.º 166, em Bragança que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 158/21 – Habinordeste, Sociedade de Construções Lda. apresentou requerimento para libertação de caução prestada a favor do Município de Bragança, referente à construção de um ramal domiciliário, que foi executado na Rua Conde de Airães, n.º 164, em Bragança que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 208/24 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito no [REDACTED], Freguesia de [REDACTED] Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 194/24 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED], na Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 119/24 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para reconstrução de um edifício destinado a habitação multifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 98/24 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação dos projetos de especialidades, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED], na Freguesia de [REDACTED], Concelho de Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 1/25 – [REDACTED] apresentou requerimento para aprovação da informação prévia, sobre a viabilidade de construção de um edifício destinado a recinto de diversões, a levar a efeito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 58/06 – [REDACTED] apresentou requerimento para libertação de caução prestada a favor do Município de Bragança, referente à construção de um ramal domiciliário, que foi executado na [REDACTED], em Bragança que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 45/22 – [REDACTED] apresentou requerimento para prorrogação do prazo de licença de construção do alvará 162/23, referente à construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 139/21 – [REDACTED] apresentou requerimento para prorrogação do prazo de licença de construção do alvará 180/22, referente à construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na [REDACTED], em Bragança, que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 196/07 – [REDACTED] apresentou requerimento para prorrogação do prazo de licença de construção do alvará

██████████, referente à ampliação de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a levar a efeito na ██████████ Carvas, em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 146/24 – ██████████ apresentou requerimento para aprovação do projeto arquitetura, para reconstrução de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito na ██████████, em ██████████, Concelho de Bragança, que mereceu parecer desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 77/05 – ██████████ apresentou requerimento para aprovação do aditamento ao projeto arquitetura, para construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, sito na ██████████, n.º ██████████, em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 32/25 – Wondercom, Gestão de Projetos e Equipamentos de Informação e Telecomunicações, Lda. apresentou requerimento a solicitar autorização para aceder a infraestruturas existentes na Rua D. Fernão o Bravo, em Bragança, para efeito de manutenção da rede de fibra ótica, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 90/91 – ██████████ apresentou requerimento para submissão da comunicação prévia, para legalização, ampliação e adaptação de um edifício existente para oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, sito na ██████████, em Bragança, que mereceu parecer favorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Deferido, de acordo com a informação e parecer.”

Processo n.º 49/61 – ██████████ apresentou requerimento para aprovação do aditamento ao projeto arquitetura, para legalização de alterações já executadas, num edifício de habitação unifamiliar sito na ██████████, em Bragança, que mereceu parecer

desfavorável da Divisão de Urbanismo. Despacho: “Indeferido, de acordo com a informação e parecer.”»

Tomado conhecimento.

DIVISÃO DE OBRAS

PONTO 16 – DESPACHOS PARA CONHECIMENTO NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS

Pela Divisão de Obras foi presente a seguinte informação:

“O Sr. Presidente proferiu, do dia 22 de janeiro a dia 28 de fevereiro de 2025, e a Vice-presidente proferiu, no dia 31 de janeiro de 2025, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, despachos com o seguinte teor: “Autorizado o pagamento, conforme informação. Conhecimento para reunião de Câmara” e referentes aos autos de medição de trabalhos das empreitadas:

Beneficiação e instalação de equipamentos e sistemas elétricos da *Domus Municipalis* – Auto n.º 1, no valor de 21.044,82 € + IVA, adjudicada à empresa ETE - Empresa de telecomunicações e Electricidade, Lda., pelo valor de 25.200,58 € + IVA. O montante acumulado dos trabalhos executados é de 21.044,82 € + IVA.

Requalificação e reabilitação de estações na ecopista – Lote 1 – Sendas - Trabalhos Complementares – Auto n.º 2, no valor de 6.574,02 € + IVA, adjudicada à empresa DMCS, Unipessoal, Lda., pelo valor de 16.939,89 € + IVA. O montante acumulado dos trabalhos executados é de 16.939,89 € + IVA.

Requalificação e reabilitação de estações na ecopista – Lote 2 – Rossas - Trabalhos Complementares – Auto n.º 2, no valor de 3.867,75 € + IVA, adjudicada à empresa DMCS, Unipessoal, Lda., pelo valor de 10.428,96 € + IVA. O montante acumulado dos trabalhos executados é de 10.428,96 € + IVA.

Requalificação dos acessos da A4 a Quintanilha e à Réfega – Auto n.º 2, no valor de 155.756,25 € + IVA, adjudicada à empresa Cota 700, Gabinete de Topografia e Engenharia, Lda., pelo valor de 234.215,00 € + IVA. O montante acumulado dos trabalhos executados é de 214.310,00 € + IVA.

Substituição da rede de abastecimento de água em Portela e Carrzedo e reparação da rede de saneamento em três locais em Bragança – Auto n.º 2, no valor de 26.747,50 € + IVA, adjudicada à empresa Elibru, Actividade de Engenharia e Técnicas Afins, Lda., pelo valor de 113.958,00 € + IVA. O montante acumulado dos trabalhos executados é de 71.646,00 € + IVA.

Tomado conhecimento.

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E MOBILIDADE

PONTO 17 – DESPACHOS PARA CONHECIMENTO NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, no dia 11 de março de 2025, proferiu ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, despachos com o seguinte teor: “Autorizado o pagamento, conforme informação.”, referentes aos autos de medição de trabalhos e trabalhos complementares da seguinte empreitada:

Museu da Língua Portuguesa - auto de medição n.º 22, no valor de 90.860,39 €, acrescido de IVA à taxa de 6%, adjudicada à empresa Atlântinivel, Construção Civil, Lda., pelo valor total de 15.098.090,81 € + IVA. O montante acumulado dos trabalhos executados é de 2.668.059,88 € + IVA.

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

PONTO 18 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR 2024/2025 - 3.ª FASE

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Ação Social e Saúde:

“Em 26 de outubro de 2016 foi publicado o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior (Regulamento n.º 974/2016, de 26 de outubro), concretizando uma medida importante para as famílias residentes no Concelho de Bragança, com filhos a frequentarem o

ensino superior, tendo sido atribuídas as primeiras bolsas no ano letivo 2016/2017.

Após a designação da Comissão de Análise para o presente ano letivo (2024/2025), e cumprindo o artigo 13.º do referido regulamento, foi esta operacionalizada com a participação dos seguintes elementos: [REDACTED]

[REDACTED], [REDACTED] (Representante da Assembleia Municipal) e [REDACTED]).

No sentido de se realizar a análise das candidaturas, desta fase reuniu a Comissão no dia 18 de março de 2025. Efetuada a análise da elegibilidade das candidaturas já com resultados definitivos das bolsas de estudo atribuídas pela DGES, bem como face aos vários critérios definidos no Regulamento, resultou o relatório anexo ao respetivo processo e previamente distribuído aos Membros do Executivo Municipal.

Foi avaliado um conjunto de 46 (quarenta e seis) candidaturas, sendo que 2 (duas) candidaturas são propostas para exclusão por motivos enquadrados no Regulamento.

Consequentemente, foram validadas 44 (quarenta e quatro) que cumprem o previsto na alínea g), do artigo 5.º e se enquadram num rendimento mensal *per capita* inferior ao salário mínimo nacional, aplicando a fórmula constante do n.º 3, do artigo 10.º.

Pelo exposto anteriormente, nos termos do artigo 15.º do Regulamento, apresenta-se para deliberação da Câmara Municipal, o relatório da comissão de análise com a proposta de atribuição de 44 (quarenta e quatro) bolsas de estudo e de exclusão de 2 (duas) candidaturas para o ano letivo 2024/2025 (3.ª Fase).

Esta despesa, no montante de 40.230,00 €, tem enquadramento orçamental na rubrica 0504-04080202 – Transferências – Outras, do PAM n.º 15/2018, com o cabimento n.º 957/2025.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição das bolsas de estudo para o ano letivo 2024/2025 (3.ª Fase), nos termos da informação.

DIVISÃO DE CULTURA

PONTO 19 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA “FESTA DA HISTÓRIA 2025” - PROCESSO N.º 6/2025-CP-DC – Abertura de Procedimento

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Cultura:

“O Município de Bragança tem estabelecido, para a organização e realização da Festa da História, os seguintes objetivos:

1. Promover o sentimento de pertença e o orgulho cívico da comunidade local, promovendo o espírito de cidadania, a imaginação criativa a partir da compreensão e conhecimento da importância histórica do território e do envolvimento na preparação e implementação do evento;

2. Contribuir para o desenvolvimento cultural de Bragança através da valorização do seu património material e imaterial, pelo desenvolvimento da compreensão histórica e do “aprender fazendo”;

3. Contribuir para o reforço do concelho como um potencial destino turístico e cultural, através da sua diferença e autenticidade e pela oferta de novas experiências.

Pretende, ainda, que, no ano de 2025, conte “uma história na História e no Imaginário de Bragança”, enquadrada na Idade Média. O espaço destinado à sua realização é a cidadela de Bragança e pretende-se que contemple, a criação e encenação de espetáculos de contextualização histórica, a instalação de áreas temáticas, a participação de artesãos locais, diversas atividades de animação, implementação de elementos de ambientação na cidadela e outras ruas e locais da cidade e atividades com a participação do público, entre outras atividades.

Atendendo ao enquadramento da despesa no âmbito do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuições do Município e no Orçamento do Estado, “Encargos com contratos de aquisição de serviços”, nos termos da alínea g) número 6 do artigo 16.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, “O disposto nos n.ºs 1 a 3 não se aplica: ... às autarquias locais e entidades intermunicipais”.

Este procedimento é efetuado nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual.

O Gestor do Contrato, nos termos do artigo 290.º-A do referido código, é a [REDACTED].

A escolha do procedimento, em função do valor do contrato, é o Concurso Público, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP (contrato inferior a 215.000,00 €, abaixo do limiar comunitário).

O contrato tem uma duração de 299 dias (previsão) com término no dia 31 de dezembro de 2025.

O preço base do presente procedimento foi fixado tendo em conta a relação entre o preço base (200.000,00 €) e o valor de adjudicação (197.420,00 €) do procedimento para prestação do mesmo tipo de serviço realizado no ano de 2024, e aumentando o preço base de forma a dar cobertura à subida dos preços do combustível, alimentação e alojamento e ao aumento dos cachets dos artistas de animação e recreação histórica.

A adjudicação, nos termos do artigo 74.º do CCP, será "... feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada..." pela seguinte modalidade: a) Multifator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

O presente procedimento não carece de pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias nos termos do n.º 5, do artigo 36.º do CCP.

Para cumprimento do previsto no artigo 46.º-A do CCP e, tendo em vista a promoção da eficiência e poupanças públicas, afigura-se pertinente e justificada a não contratação por lotes, já que a compra em grande escala permite obter preços otimizados e assegurar a qualidade da prestação dos serviços. Desde logo, o interesse público inerente à atividade do Município ficará melhor assegurado por via da celebração de um único contrato com um único operador económico, o qual, em virtude da existência de uma lógica de economia

de escala, apresentará preços mais competitivos e uma uniformidade dos serviços prestados.

Ainda que as prestações não sejam técnicas ou funcionalmente incidíveis, atendendo a que a sua separação causará graves inconvenientes financeiros para a entidade adjudicante, resulta preenchido o segundo segmento da alínea a), do n.º 2, do artigo 46.º-A, do CCP, na sua redação atual. De resto, tratando-se da aquisição de serviços para organização de um evento de recriação histórica, a divisão em lotes poderia implicar que um determinado operador económico propusesse a realização de alguma componente do evento que não se enquadrasse na história a contar criada por um prestador de serviços e/ou não respondesse ao rigor histórico pretendido para um evento desta natureza com uma programação estruturada e coerente.

Assim, torna-se necessário proceder à aquisição de serviços, dada a inexistência de recursos técnicos na autarquia e uma vez que o valor estimado da despesa a efetuar é de cerca de 205.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Face ao valor e considerando que a situação se enquadra na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 130.º do CCP, solicita-se autorização para se adotar o “Concurso Público”, propondo-se, ainda, a autorização dos seguintes pontos:

a) Sendo “Concurso Publico”, a aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1;

b) Do artigo 40.º do CCP, do Anúncio, do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos; e

c) A constituição do júri: Presidente, [REDACTED],

[REDACTED]; Vogais efetivos,

[REDACTED], e [REDACTED]

[REDACTED]; Vogais suplentes,

[REDACTED], Técnica Superior, e [REDACTED]

[REDACTED], Técnico Superior.

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo vogal [REDACTED]

A Audiência Prévia dos concorrentes, nos termos do artigo 147.º do CCP, será realizada pelo júri, salvo se for decidido que a mesma não se realize ou que seja dispensada ao abrigo do artigo 125.º do CCP.

De acordo com o disposto a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é competente para autorizar a presente despesa a Câmara Municipal.

Em face do que antecede, solicita-se à Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovar a abertura do procedimento, o anúncio, o programa de concurso, o caderno de encargos, documentos em anexos ao processo e previamente distribuídos a todos os Membros do Executivo, bem como a constituição do júri do procedimento.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento, o anúncio, o programa de concurso, o caderno de encargos e a proposta de constituição do júri do procedimento.

PONTO 20 – PREÇO DE VENDA DO LIVRO “O ABADE DE BAÇAL”, “OS JUDEUS” E O “TOMO V DAS MEMÓRIAS...” DE JOSÉ RODRIGUES MONTEIRO

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Cultura:

“Tendo sido produzidos 500 exemplares do livro “O Abade de Baçal”, “Os Judeus” e o “Tomo V das Memórias...” de José Rodrigues Monteiro e por forma a permitir o acesso dos mesmos ao público em geral, propõe-se, para deliberação, a fixação do seguinte preço de venda:

- Gasto de produção no valor de 2.742,90 € (Impressão); sendo o gasto unitário de 5,48 €;

- Preço de venda proposto: 5,50 €.

Estabeleceu-se o preço proposto tendo em conta não apenas o equilíbrio entre a despesa e o valor de mercado, mas considerando também o importante papel da autarquia na divulgação do património cultural e artístico.

Assim, propõe-se o preço final de venda ao público do livro “O Abade de Baçal”, “Os Judeus” e o “Tomo V das Memórias...” de José Rodrigues Monteiro, no valor de 5,50 €, por unidade.

Mais se informa que é competência da Câmara Municipal deliberar sobre esta matéria, de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o preço final de venda ao público do livro “O Abade de Baçal”, “Os Judeus” e o “Tomo V das Memórias...” de José Rodrigues Monteiro, no valor de 5,50 €, por unidade, nos termos da informação.

PONTO 21 – MINUTA DE ACORDO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A FUNDAÇÃO EDP - EXPOSIÇÃO DO ARTISTA RUI MOREIRA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Cultura:

“A Fundação EDP é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por fins gerais a promoção, o desenvolvimento e o apoio a iniciativas de natureza social, cultural, científica, tecnológica, educativa, ambiental, desportiva e de defesa do património, competindo-lhe, no âmbito das suas atividades, apoiar iniciativas nas áreas que integram cada um dos seus fins.

O campus da Fundação EDP é composto pela centenária MAAT Central e pelo MAAT Gallery e, onde desenvolve diversas exposições e outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

No âmbito da sua programação foi proposto ao Município de Bragança, através do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (CACGM), a realização da exposição do artista Rui Moreira.

Reunindo as condições impostas pela Fundação EDP e sendo de todo o interesse para a programação regular do CACGM e para usufruto da população

local e visitantes do centro a adesão a este projeto propõe-se, à Câmara Municipal, que delibere a aceitação da adesão que implica a assinatura de um Acordo de Parceria cuja minuta e lista de obras anexas ao mesmo, previamente distribuída a todos os Membros do Executivo Municipal, se propõem para aprovação.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a aceitação da adesão e a assinatura do Acordo de Parceria, nos termos da informação.

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

PONTO 22 – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ENG. JOSÉ LUÍS PINHEIRO - Publicitação do Início do Procedimento

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Desporto e Juventude:

“O Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, estabelece relativamente ao Procedimento do Regulamento Administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, no caso, o Regulamento de Funcionamento do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro.

Nesta conformidade, o n.º 1 do artigo 98.º do CPA, consagra que “o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento”.

O presente procedimento regulamentar em curso configura um projeto de regulamento de funcionamento das instalações desportivas de uso público, visa responder ao disposto no artigo 46.º da Portaria n.º 454/2023, de 28 de dezembro, que estabelece que o proprietário ou concessionário da instalação desportiva elabora um regulamento de funcionamento.

Esse regulamento estabelece as normas de funcionamento, utilização e conduta das instalações desportivas, garantindo a segurança, organização e bem-estar de todos os utilizadores. Visa proporcionar um ambiente adequado para a prática de atividades físicas e eventos desportivos, promovendo a inclusão e a acessibilidade a toda a comunidade.

Proposta:

Nestes termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, na sua redação atual, propõe-se à Câmara Municipal que seja dada autorização para se iniciar o procedimento relativo à publicitação da elaboração do Projeto de Regulamento de Funcionamento do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro, no site institucional do Município de Bragança www.cm-braganca.pt/, pelo período de 10 dias úteis.

A forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do Projeto de Regulamento de Funcionamento do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro, é feita mediante apresentação de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Bragança, conforme modelo anexo ao respetivo processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo Municipal.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de publicitação do início do procedimento relativo à elaboração do Projeto de Regulamento de Funcionamento do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro, nos termos da informação.

DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E TURISMO

PONTO 23 – REDUÇÃO DO VALOR DO PREÇO RELATIVO AOS ABATES DO MATADOURO MUNICIPAL - MÊS DE FEVEREIRO DE 2025

A Sra. Vereadora, Olga Pais, invocando o regime previsto no artigo 55.º, n.º 6 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 69.º, n.º 3 do artigo 70.º e n.º 2 do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, declarou-se impedida de participar na discussão e

votação do seguinte assunto, porquanto tem interesse nos atos (deliberação do órgão executivo), e ausentou-se da reunião.

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Promoção Económica e Turismo:

“A Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa, CRL, Bísaro Salsicharia Tradicional, Lda., clientes do Matadouro Municipal de Bragança, solicitam a redução do valor do preço respeitante aos abates realizados durante o mês de fevereiro de 2025.

Assim, considerando os abates registados no período em apreço e o estipulado no n.º 1 da alínea a) do Anexo 19 do Código Regulamentar do Município de Bragança, beneficiam de redução do preço, devido pelo abate de bovinos e suínos, todos os clientes do Matadouro Municipal de Bragança, nos seguintes termos que constam de documento anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo.

Face ao exposto, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre a redução do pagamento dos preços de abate de bovinos e suínos às empresas em apreço, no valor global de 484,44 €, ao abrigo do artigo H/9.º - Isenções totais ou parciais, do Capítulo III – Isenções, da parte H – Taxas e outras receitas municipais, do Código Regulamentar do Município de Bragança que, conforme estipulado no ponto 2 do supracitado artigo, “Podem ainda beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento de taxas e outras receitas municipais...na medida do interesse público municipal de que se revistam as atividades sujeitas a controlo prévio...” as “pessoas singulares ou coletivas, quando estejam em causa situações de desenvolvimento económico ou social do Município...”, conforme estipulado na alínea e) do supracitado ponto.”

Foi deliberado, por unanimidade, dos Membros presentes, aprovar a referida proposta de acordo com a informação da Divisão de Promoção Económica e Turismo.

No final da discussão e votação deste ponto da Ordem de Trabalhos, a Sra. Vereadora, Olga Pais, entrou na reunião.

PONTO 24 - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE GADO E AGRICULTORES – ACRIGA – Alteração à Minuta do Protocolo

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Promoção Económica e Turismo:

“Em Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 24 de fevereiro de 2025, foi aprovada a Minuta do Protocolo entre o Município de Bragança e a Associação de Criadores de Gado e Agricultores – ACRIGA.

No entanto, para uma maior clarificação dos trabalhos e âmbito dos mesmos, foi solicitada uma maior desagregação da informação no referido protocolo, mais especificamente no ponto n.º 1 da cláusula quarta, e a remoção do ponto n.º 2 da cláusula quinta, considerando que a vacinação da língua azul de pequenos ruminantes é assegurada pelas Organizações de Produtores para a Sanidade Animal (OPSA), através de financiamento por parte do Ministério da Agricultura e Pescas.

Assim, onde se lê:

“Para o presente ano (janeiro a dezembro 2025), o protocolo abrangerá o universo estimado de 150 bovinos com idade ≥ 2 anos e de 1.930 pequenos ruminantes (jovens e adultos).”

Deverá ler-se:

“Para o presente ano (janeiro a dezembro 2025), o protocolo abrangerá o universo estimado de 150 bovinos com idade superior ou igual a 42 dias de idade e de 1.930 pequenos ruminantes (jovens e adultos).”

Assim sendo, propõe-se submeter, para deliberação da Câmara Municipal, a Minuta do Protocolo, em anexo ao processo e previamente distribuída a todos os Membros do Executivo, entre o Município de Bragança e a Associação de Criadores de Gado e Agricultores – ACRIGA, com as alterações anteriormente mencionadas.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta e celebração do Protocolo, nos termos da informação.

PONTO 25 - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E O AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DE BRAGANÇA – ACRIGA – Alteração à Minuta do Protocolo

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Promoção Económica e Turismo:

“Em Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 24 de fevereiro de 2025, foi aprovada a Minuta do Protocolo entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Defesa Sanitária de Bragança.

No entanto, para uma maior clarificação dos trabalhos e âmbito dos mesmos, foi solicitada uma maior desagregação da informação no referido protocolo, mais especificamente no ponto n.º 1 da cláusula quarta, e a remoção do ponto n.º 2 da cláusula quinta, considerando que a vacinação da língua azul de pequenos ruminantes é assegurada pelas Organizações de Produtores para a Sanidade Animal (OPSA), através de financiamento por parte do Ministério da Agricultura e Pescas.

Assim, onde se lê:

“Para o presente ano (janeiro a dezembro 2025), o protocolo abrangerá o universo estimado de 2.700 bovinos com idade $\geq$ 2 anos e de 26.000 pequenos ruminantes (jovens e adultos).”

Deverá ler-se:

“Para o presente ano (janeiro a dezembro 2025), o protocolo abrangerá o universo estimado de 2.700 bovinos (Explorações sujeitas a rastreio de tuberculose (33% das explorações): 1200 animais com idade superior ou igual a 42 dias de idade; Explorações sujeitas apenas a rastreio de brucelose (66% das explorações): 1500 animais com idade superior ou igual a 1 ano) e de 26.000 pequenos ruminantes (jovens e adultos).”

Assim sendo, propõe-se submeter, para deliberação da Câmara Municipal, a Minuta do Protocolo, em anexo ao processo e previamente distribuída a todos os Membros do Executivo, entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Defesa Sanitária de Bragança, com as alterações anteriormente mencionadas.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta e celebração do Protocolo, nos termos da informação.

PONTO 26 - PROPOSTAS DE ISENÇÕES TOTAIS OU PARCIAIS RELATIVAMENTE A IMPOSTOS E A OUTROS TRIBUTOS PRÓPRIOS CONFORME N.º 2 DO ARTIGO 16.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA CONFORME DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SESSÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pelos respetivos serviços:

“Considerando:

A autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Bragança na sessão realizada no dia 13 de dezembro de 2024, com limites à concessão de isenções totais ou parciais de taxas e outras receitas municipais, para o ano de 2025, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, fixada até ao limite máximo de 400.000,00 €; e o disposto no n.º 2 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança, que define os beneficiários das isenções totais ou parciais.

Propõe-se, para deliberação da Câmara Municipal, as isenções do pagamento de taxas, no valor de 8.853,98 €, constante do mapa anexo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo Municipal, que carecem de aprovação ou ratificação dos atos praticados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, sendo que estas autorizações decorrem de circunstâncias excecionais e que, por motivo de urgência, não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal.

Mais se propõe que seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar e ratificar os atos praticados pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.

Ata da Reunião Ordinária de 24 de março de 2025

Lida a presente ata em reunião realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, e vai ser assinada pelo Exmo. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, e pela Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.